

LEI 990/2001.

EMENTA: Institui o Programa Bolsa Familiar para a Educação - Bolsa Escola no Município de Altinho, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTINHO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Altinho, o Programa Bolsa Familiar para a Educação - Bolsa Escola.

Art. 2º - O Programa Bolsa Família para Educação-Bolsa Escola tem como objetivo a admissão e permanência na escola pública de crianças e adolescentes, com idade de seis a quinze anos completos, em condições de carência material e precária situação e social.

Art. 3º - Para fazer jus da Bolsa Escola, o beneficiário, na qualidade de mãe, pai ou responsável legal, com a posse e guarda da criança ou adolescente carente, terá que atender os seguintes critérios:

I - Ter os filhos ou dependentes, com idade de seis a quinze anos completos, regularmente matriculados em escola pública, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento das aulas do período letivo;

II - Ter renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo;

III - Residir no Município.

Art. 4º - Na ocorrência de falsa declaração ou de fraude visando a obtenção da Bolsa Escola, o agente do ilícito praticado será desligado do programa e estará sujeito às sanções previstas no Código Penal Brasileiro ou em outras leis aplicáveis para o crime ali tipificado.

Art. 5º - As famílias integrantes do programa Bolsa Familiar para Educação - Bolsa Escola, farão jus a percepção de benefício pecuniário, em valor a ser estipulado de acordo com as condições sócio-econômicas do Município.

Art. 6º - Será desligada do Programa a família que, após criteriosa verificação, deixar de cumprir à exigências básicas contidas nesta Lei e em normas complementares.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação será coordenadora do Programa Bolsa-Familiar para à Educação - Bolsa Escola.



Art. 8º - Fica instituído o Conselho de Controle Social com atribuição de acompanhar e supervisionar o Programa, composto por um representante de cada órgão ou instituição a seguir.

- a) Secretaria Municipal de Educação;
- b) Secretaria Municipal de Ação Social;
- c) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- d) Três organizações da Sociedade Civil, legalmente constituídas há mais de um ano e com comprovada atuação na área da defesa e promoção dos direitos da infância e da juventude do Município.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Controle Social e seus suplentes serão indicados formalmente pelos titulares dos respectivos órgãos e das instituições e designados por ato do Prefeito.

Parágrafo Segundo – O Conselho de Controle Social será presidido pelo representante da Secretaria de Educação.

Art. 9º - O Programa será financiado com recurso oriundos da União e de doações.

Art. 10 – Esta Lei será regulamentada por decreto no prazo de trinta dias.

Art. 11 - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Altinho, 17 de maio de 2001



José Ferreira de Omena
Prefeito